

BELO HORIZONTE, 2 de setembro de 2019

Edição n. 2 - 1º a 31 de agosto de 2019

APRESENTAÇÃO

De caráter meramente informativo, este Boletim de Precedentes permite a consulta unificada, no âmbito do STF, STJ, TST e TRTMG, auxiliando magistrados e servidores na adoção de providências alusivas à suspensão de processos e aplicação de teses jurídicas fixadas.

Confira-se, **no mês de agosto**, os principais andamentos nos processos **de interesse da Justiça do Trabalho**, relativos a:

- Repercussão Geral,
- Ações de Controle Concentrado (ADI, ADC, ADPF),
- Incidente de Recurso de Revista Repetitivo (IRRR), Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e demais Casos Repetitivos¹,
- Incidente de Assunção de Competência (IAC) e
- Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade (ArgInc).

Para otimizar a navegação, disponibilizaram-se links para o conteúdo de maior interesse.

A equipe do Nugep coloca-se à disposição para eventuais dúvidas.

E-mail: nugep@trt3.jus.br

Telefone: (31) 3228-7194

¹ Recurso Extraordinário (RE), Recurso Especial (REsp), CC (Conflito de competência) e Embargos de Divergência (Embargos).

REPERCUSSÃO GERAL - STF

Para consulta aos principais temas de Repercussão Geral, clique [aqui](#).

Tema: 1046

Processo: ARE 1.121.633

Título: Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Determinação de suspensão: **SIM**

Evento: Publicação, em 01/08/2019, da [decisão monocrática](#) determinando a suspensão nacional.

Tema: 149

Processo: RE 594.435

Título: Competência para processar e julgar causa que envolve contribuição previdenciária instituída pelo Estado membro incidente sobre complementação de proventos e de pensões por ele paga.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Julgamento dos embargos de declaração que, por maioria, modularam os efeitos do acórdão lavrado em 21/08/2019. Pendente de publicação.

ADI, ADC E ADPF - STF

Para consulta às principais ações de controle concentrado (ADI, ADC e ADPF), clique [aqui](#).

[ADI n. 6115*](#)

Título: Ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado - CONACATE, tendo por objeto o artigo 2º, b, da Medida Provisória 873/2019, que revogou a alínea c do artigo 240 da Lei federal 8.112/90.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: [Decisão monocrática](#) publicada em 26/8/2019. Extinto o processo, sem resolução do mérito, em 22/08/2019.

*As ADIs n. 6114, 6092, 6098, 6101, 6105, 6107 e 6108, com o mesmo objeto da ADI 6115, foram extintas, sem resolução do mérito, por decisão monocrática.

[ADI n. 6093*](#)

Título: Ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário - CONTRICOM, tendo por objeto a Medida Provisória 873/2019.

Determinação de suspensão: NÃO

Evento: [Decisão monocrática](#) publicada em 26/8/2019. Não conhecida em 01/04/2019. Trânsito em julgado em 10/04/2019.

*A ADI n. 6099 possui o mesmo objeto da ADI 6093 e assim como esta não foi conhecida. Decisão monocrática transitada em julgado.

IRRR - TST

Para consulta aos temas de IRRR, clique [aqui](#).

Tema 10

Processo: TST-RR-1325-18.2012.5.04.0013

Título: Direito de adicional de periculosidade, decorrente da exposição do empregado à radiação ionizante oriunda de equipamento de Raio-X móvel em emergências e salas de cirurgia.

Determinação de suspensão: **SIM** (Apenas dos processos na 2ª instância)

Evento: Tema julgado em 1º/8/2019. Acórdão pendente de publicação.

ARGINC - TST

—

CASOS REPETITIVOS - STJ

—

IAC - STJ

—

IRDR - TRTMG

Para consulta aos temas de IRDR, clique [aqui](#).

Tema: 3

Processo: IncResDemRept-0011161-71.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0011340-22.2017.5.03.0038 RO

Título: É possível conceder prazo para a parte recorrente recolher ou comprovar o preparo das custas processuais e/ou depósito recursal não quitados ou não comprovados no prazo do recurso para fins de sua admissibilidade?

Determinação de suspensão: **NÃO**. Tema julgado.

Evento: Publicado o [acórdão](#) fixando a tese jurídica, em 02/08/2019.

Tema: 2

Processo: IncResDemRept- 0011103-68.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0010076-51.2018.5.03.0129 ROPS

Título: Relação de emprego doméstico. Multas dos artigos 467 e 477 da CLT. Aplicabilidade.

Determinação de suspensão: **NÃO**. Tema julgado.

Evento: Publicado o [acórdão](#) fixando a tese jurídica, em 23/08/2019.

IAC - TRTMG

Tema: 1

Processo: IAC 0010100-78.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0010853-78.2015.5.03.0149-AP

Título: Extensão das prerrogativas da Fazenda Pública a autarquias que exploram atividade econômica.

Determinação de suspensão: **NÃO**. Tema julgado.

Evento: Publicado o [acórdão](#) fixando a tese jurídica, em 02/08/2019.

ARGINC - TRTMG

Para consulta aos incidentes de arguição de inconstitucionalidade (ArgIncs) do TRTMG, clique [aqui](#).

ArgInc-0010639-44.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-001467-90.2014.5.03.0106 RO

Título: Arguição de Inconstitucionalidade do §1º do art. 25 da Lei n. 8.987/1995.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: [Acórdão](#) publicado em 02/08/2019.

ArgInc-0011188-54.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0010077-91.2017.5.03.0025 RO

Título: Arguição de Inconstitucionalidade do §1º do art. 25 da Lei n. 8.987/1995.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: [Acórdão](#) publicado em 02/08/2019.

ArgInc-0011811-21.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0010567-37.2018.5.03.0039 ROPS

Título: Arguição de Inconstitucionalidade do art. 791-A, § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Adiado julgamento na sessão plenária do dia 08/08/2019.

ArgInc-0011812-06.2018.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0010231-67.2018.5.03.0060 RO

Título: Arguição de Inconstitucionalidade do art. 790-B, caput e § 4º, da CLT, na redação dada pela Lei 13.467/2017.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: Adiado julgamento na sessão plenária do dia 08/08/2019.

ArgIncCiv-0011150-08.2019.5.03.0000

Processo paradigma: TRT-0011005-48.2018.5.03.0044 RO

Título: Arguição de inconstitucionalidade do artigo 29 da Lei 13.327/2016, de forma incidental, a respeito da destinação originária dos honorários advocatícios de sucumbência devidos aos advogados públicos, nos termos do art. 85, § 19, do CPC, por violação aos artigos 37, XI, 39, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal.

Determinação de suspensão: **NÃO**

Evento: ArgIncCiv autuada em 23/8/2019. Pendente de julgamento.

DESTAQUES

ATENÇÃO!

- A **lista completa** dos temas e ações correspondentes encontra-se disponível no Portal deste Tribunal, menu "[Jurisprudência](#)".
- Os **Boletins de Precedentes** podem ser consultados no Portal TRTMG, menu "Jurisprudência", "Nugap – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes", ou neste [link](#).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Você sabia?

Na aba “JURISPRUDÊNCIA” do site deste TRT3, é possível acessar:

- Boletim de Precedentes - TRT3;
- Incidentes do TRT3 (IRDR, IAC e ArgInc) e do TST (IRR, IAC e ArgInc);
- Temas do STF (Repercussão Geral), bem como ADI, ADC e ADPF;
- Temas do STJ (Casos Repetitivos e IAC);
- Súmulas, teses jurídicas e precedentes, OJs, TJPs e precedentes normativos;
- “Livro de Jurisprudência Consolidada”.

- Clique [aqui](#) e acesse a versão atualizada do “Livro de Jurisprudência” do TRT3, com a inclusão das teses jurídicas fixadas em **IRDR** e **IAC**.

